



2 de março de 2018

Senhor José Antônio Vieira  
Diretor do escritório da Novartis do Brasil  
Professor Vicente Rao, 90 – Brooklin  
São Paulo

As organizações não governamentais abaixo assinadas compõem o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (GTPI/Rebrip), fundado em 2003 sob a coordenação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA. Trabalhamos de forma a contestar as barreiras à ampliação do acesso a medicamentos no Brasil e no Sul Global. Preocupados com o direito à saúde de todos, acompanhamos a atividade das principais multinacionais farmacêuticas que se utilizam do sistema internacional de propriedade intelectual para sobrepor seus lucros a vida das pessoas.

Por tal, fazemos coro a vários ativistas em todo mundo que hoje se juntam para protestar contra o uso de mentiras, ameaças e subornos da Novartis, colocando a busca desenfreada e antiética por lucros a frente da saúde pública. Repudiamos, em particular, a inaceitável pressão que a empresa coloca em países em desenvolvimento para pedir que tomem iniciativas legais e necessárias para tornar medicamentos mais acessíveis.

A Novartis frequentemente retrata-se como uma empresa socialmente responsável<sup>1</sup>, mas na realidade usou sua influência para ameaçar o governo colombiano para impedi-lo de praticar seu direito de declarar o custo da imatinib uma questão de interesse público e considerar uma licença compulsória ou controles de preços para garantir que o medicamento seja acessível para os pacientes que o necessitam, sem colocar em risco a sustentabilidade de todo o sistema de saúde colombiano. Recentemente, uma carta vazada expôs as táticas de pressão usadas pela Novartis para ameaçar o governo colombiano<sup>2</sup>. O então diretor da farmacêutica escreveu ao presidente da Colômbia para impedir que o seu governo exercesse seu direito legal de tornar acessível o medicamento para leucemia, o mesilato de imatinib. Esse tipo de ação é inaceitável e deve parar imediatamente.

Esta carta é a evidência mais recente da pressão indevida que enfrentam os países em desenvolvimento quando tentam lidar com os altíssimos preços que empresas farmacêuticas transnacionais cobram por medicamentos essenciais. Não bastasse o dever que têm os governos de proteger a saúde de suas populações, o próprio Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio sobre Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC), determina que os governos têm o direito de terminar um monopólio por meio da utilização de flexibilidades como o licenciamento compulsório de um medicamento de interesse público. Isso permite que outras empresas produzam e vendam o medicamento a um preço muito mais barato.

<sup>1</sup> <https://www.novartis.com/our-company/corporate-responsibility/expanding-access-healthcare>

<sup>2</sup> Glivec in Colombia: new leaked letter from Novartis attests to pressure at highest level [https://www.publiceye.ch/en/news/glivec\\_in\\_colombia\\_new\\_leaked\\_letter\\_from\\_novartis\\_attests\\_to\\_pressure\\_at\\_highest\\_level/](https://www.publiceye.ch/en/news/glivec_in_colombia_new_leaked_letter_from_novartis_attests_to_pressure_at_highest_level/)



Este mês, a PhRMA – Pharmaceutical Research and Manufacturers of America, da qual a Novartis é membro, solicitou que o Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) considere retaliações comerciais afirmando que "medicamentos descobertos e fabricados pelas empresas membros da PhRMA são objeto constante de licenciamento compulsório e outras práticas prejudiciais que negam as proteções de propriedade intelectual mais básicas"<sup>3</sup>. Ao fazê-lo, a PhRMA aumentou a pressão sobre os governos da Malásia, Índia, Indonésia, Tailândia, Rússia, Turquia, Chile e Colômbia e outros que tentaram usar as flexibilidades do TRIPS.

No Brasil, a INTERFARMA – Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, da qual a Novartis também faz parte, atualmente está processando o governo brasileiro por adotar uma medida pró-saúde pública na sua lei de propriedade intelectual. O processo, protocolado em 2014 e 2015, ataca a anuência prévia da ANVISA, que nada mais é que a participação das autoridades de saúde na análise de pedidos de patentes farmacêuticas. A anuência prévia, prevista no Acordo TRIPS, visa evitar a concessão de patentes farmacêuticas indevidas<sup>4</sup>.

O relatório do Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Acesso a Medicamentos (HLP) chamou a atenção para a séria pressão que os países enfrentam ao implementar critérios de patenteabilidade pro-saúde. O relatório menciona especificamente a pressão anterior das empresas farmacêuticas para mudar a Seção 3 (d) da lei de patentes da Índia, bem como a pressão contínua de outros governos<sup>5</sup>. Novartis foi o principal desafiante dos direitos legais indianos<sup>6</sup>.

Também estamos cientes das alegações contra a Novartis por estar envolvida em um escândalo de corrupção na Grécia, incluindo subornos para obter acesso privilegiado ao mercado grego e elevar os preços dos medicamentos<sup>7</sup>. Tais acusações corroboram a ideia de que a Novartis não prioriza a saúde pública. Não é necessário lembrar como a Novartis foi multada por uma série de casos documentados de propinas ilegais<sup>8 9 10</sup>.

**Sabendo que a Reunião Geral Anual da Novartis aconteceu hoje, dia 2 de março, na Suíça, exigimos do escritório da Novartis no Brasil um posicionamento no mínimo digno**

<sup>3</sup> PhRMA Special 301 Submission 2018  
[https://www.keionline.org/wpcontent/uploads/2018/02/PhRMA\\_2018\\_Special\\_301\\_Submission.pdf](https://www.keionline.org/wpcontent/uploads/2018/02/PhRMA_2018_Special_301_Submission.pdf)

<sup>4</sup> INTERFARMA, laregue o caso <http://deolhonaspateentes.org/item/interfarma-abandone-o-caso/>

<sup>5</sup> UNSG High Level Panel on Access To Medicines Report:  
<https://static1.squarespace.com/static/562094dee4b0d00c1a3ef761/t/57d9c6ebf5e231b2f02cd3d4/1473890031320/UNSG+HLP+R+eport+FINAL+12+Sept+2016.pdf>

<sup>6</sup> Novartis challenges India's patent law <https://www.nature.com/news/novartis-challenges-india-s-patent-law-1.10262?referral=true>

<sup>7</sup> Greek MPs back call for probe into Novartis bribery accusations <https://www.ft.com/content/3aa58000-0fe7-11e8-940e-08320fc2a277>

<sup>8</sup> Novartis Fined \$390 Million Over Pharmacy Kickbacks <http://www.industryweek.com/regulations/novartis-fined-390-million-over-pharmacy-kickbacks>

<sup>9</sup> South Korea fines Novartis over kickbacks, suspends sales of some drugs <https://www.reuters.com/article/us-novartissouthkorea/south-korea-fines-novartis-over-kickbacks-suspends-sales-of-some-drugs-idUSKBN1690LK>

<sup>10</sup> Novartis Pharmaceuticals Corp. to Pay More Than \$420 Million to Resolve Off-label Promotion and Kickback Allegations <https://www.justice.gov/opa/pr/novartis-pharmaceuticals-corp-pay-more-420-million-resolve-label-promotion-and-kickback>



**de modo a pressionar para que o novo diretor da Novartis, o Sr. Vasant Narasimhan, não repita as estratégias de seu antecessor e pare de ameaçar os países por usar de seu direito legal em conformidade com as regras de comércio internacional.**

Atenciosamente,

Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual

**Quem somos:** O Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/Rebrip) é um coletivo formado por organizações da sociedade civil, pesquisadores e ativistas. Desde 2003, desenvolve atividades voltadas para a diminuição dos impactos negativos das patentes sobre políticas públicas de saúde no Brasil e no Sul Global. Atualmente, o GTPI é formado pelas seguintes organizações: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA (coordenação); Conectas Direitos Humanos; FENAFAR – Federação Nacional dos Farmacêuticos; Fórum de ONGS Aids do Rio Grande do Sul; Fórum de ONGS Aids de São Paulo; GESTOS - Soropositividade, Comunicação & Gênero; Grupo de Apoio à Prevenção da Aids – São Paulo – GAPA/SP; Grupo de Apoio à Prevenção da Aids – Rio Grande do Sul – GAPA/RS; Grupo de Incentivo à Vida – GIV; Grupo Pela Vida – São Paulo; Grupo Pela Vida – Rio de Janeiro; Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB; IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Médicos Sem Fronteiras – Campanha de Acesso a Medicamentos/Brasil; Movimento Deixa de Descaso; Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – Núcleo São Luís do Maranhão; Universidades Aliadas por Medicamentos Essenciais – UAEM/Brasil. Saiba mais em: [www.deolhonaspateentes.org.br](http://www.deolhonaspateentes.org.br). Contato: [secretariagtpi@abiuids.org.br](mailto:secretariagtpi@abiuids.org.br)

